



ARGENTINA

Seis anos de prisão para Cristina Kirchner

Tribunal também condenou a vice-presidente à inabilitação perpétua para ocupar cargos públicos por fraude e corrupção. Decisão cabe recurso. Em discurso, a peronista denunciou "máfia judicial" e disse que o veredicto estava escrito desde 2019

» RODRIGO CRAVEIRO

A vice-presidente da Argentina e senadora peronista Cristina Fernández de Kirchner foi condenada, na tarde de ontem, a seis anos de prisão pelo crime de corrupção. A Justiça determinou que ela ficará inabilitada de exercer cargos públicos pelo resto da vida. Além de poder recorrer da sentença, Cristina responderá em liberdade, por ter foro privilegiado. As acusações de corrupção implicam mais 11 réus, dos quais oito também receberam sentenças entre quatro e seis anos de reclusão.

Kirchner, 69 anos, foi considerada culpada de corrupção de "administração fraudulenta" em detrimento do Estado na concessão de obras rodoviárias na província de Santa Cruz (Patagônia Austral), seu berço político. Ela teria atuado em favorecimento a Lázaro Báez, considerado o próximo de sua família. O empresário também foi sentenciado a seis anos de prisão.

Menos de meia hora depois da leitura do veredicto sobre a "Causa Vialidad", a ex-presidente adotou uma postura desafiadora e apontou uma "máfia judicial". "Há três anos, avisamos que a condenação estava escrita. Está claro que a ideia era me condenar", disse, em vídeo transmitido por suas redes sociais. "É um Estado paralelo e uma máfia. Máfia judicial", reiterou. Em 29 de novembro, a ex-presidente havia classificado o próprio julgamento de "pelotão de fuzilamento".

Foro privilegiado

No pronunciamento de 56 minutos, Cristina lembrou que, a partir de 10 de dezembro de 2023, não terá foro privilegiado. Nesta data, assumirá o próximo governo eleito em 22 de outubro. "Não serei mais vice. (...) Não serei candidata a nada. Nem a presidente, nem a senadora. Meu

Luis Robayo/AFP



Manifestante kirchnerista tenta derrubar cerca de segurança em frente ao tribunal de Comodoro Py, em Buenos Aires



Cristina Fernández de Kirchner se pronuncia a partir do próprio gabinete no Senado: "Não serei candidata a nada em 2023"

nome não estará em nenhuma cédula. Terminou em 10 de dezembro e regresso (...) para minha casa", assegurou. Mesmo assim, tratou de criticar a condenação de inabilitação política. "Todos os cargos que ocupei foram por meio de eleição popular. Quatro governos em nome do peronismo."

Professor de ciência política da Universidad de Buenos Aires (UBA), Facundo Gabriel Galván disse ao *Correio* que Cristina

deverá entrar com a apelação no início de 2023. "A sentença não é definitiva. A vice-presidente poderá ser candidata à Casa Rosada nas primárias de agosto e nas eleições presidenciais. Mesmo após a apelação, ela estará dentro dos prazos eleitorais, sem prejuízos para a apresentação da candidatura", explicou Galván. "Cristina esclareceu que não disputará nenhum cargo. Não sabemos o que ocorrerá na política argentina em três ou quatro

Eu acho...

"O governo de Alberto Fernández seguirá promovendo iniciativas para reformar a Justiça e remover juízes. Sobre a reputação de Cristina Kirchner, os argentinos têm opinião consolidada sobre o tema. Um terço da população acredita que ela seja inocente, apesar do veredicto e da apresentação de evidências. Dois terços sustentam que Cristina é culpada, sem se importarem com a existência ou não de provas."



Miguel De Luca, professor de ciência política da Universidad de Buenos Aires (UBA)

meses. Tudo pode mudar", opinou. De acordo com Galván, a Argentina está polarizada entre os que festejam a decisão da Justiça e aqueles que se enfurecem e veem uma operação para desprestigiar Cristina. "Nos últimos dias, um suposto vazamento de dados do Telegram de funcionários do Judiciário (**leia ao lado**), próximos da coalizão opositora juntos por el Cambio, esquentou o ambiente político. Parecia impensável que em algum

momento o Judiciário chegaria a uma condenação de Cristina."

Colega de Galván na UBA, o cientista político Miguel De Luca afirmou à reportagem que o veredicto da Causa Vialidad apenas agrava o conflito entre os Poderes Executivo e Judiciário. "Esse choque é gravíssimo. O impacto será visto na paralisação do Congresso, na escalada dos meios de comunicação e nas mobilizações nas ruas", previu. "A polarização política tende a aumentar."

INDONÉSIA

Sexo extraconjugal passa a ser crime

Quem for acusado de adultério na Indonésia será punido com até um ano de prisão. Casais solteiros que vivem sob o mesmo teto também correm o risco de amargar seis meses na cadeia. As emendas legais que se inserem em um pacote de mudanças no Código Penal foram vistas por ativistas dos direitos humanos como um retrocesso nas liberdades no país asiático e uma guinada para o fundamentalismo na nação de maioria muçulmana mais populosa do mundo.

"Tentamos fazer o possível para acomodar as questões importantes e as diferentes opiniões que foram debatidas", afirmou Yasonna Laoly, ministra da Justiça e dos Direitos Humanos, aos deputados. "No entanto, é hora de tomar uma decisão histórica sobre as emendas ao Código Penal e deixar para trás o Código Penal colonial que herdamos", acrescentou. Alguns artigos mais controversos da nova legislação criminalizam o sexo antes e fora do casamento, bem como a convivência entre casais não casados.

Em entrevista ao *Correio*, Andreas

Harsono, pesquisador da organização não governamental Human Rights Watch (HRW) para a Indonésia desde 2018, considerou que as emendas sobre o sexo fora do casamento estão em contradição com os padrões internacionais dos direitos humanos.

"Esse tipo de lei opressiva não pode ser aplicada de forma ampla. A Indonésia tem milhões de casais que vivem juntos sem certidões de casamento. Isso inclui povos indígenas e aldeões muçulmanos que se casaram por meio de cerimônias tradicionais. Seria uma aplicação seletiva da lei. Isso fornecerá caminho para certos policiais aceitarem suborno", advertiu.

Harsono também teme que a nova legislação permita que o pai rompa o relacionamento da filha ao denunciar o namorado à polícia. "Isso não apenas colocará fim a um namoro, como impactará a vida de jovens indonésios", lamentou. Os ativistas não descartam que as emendas prejudiquem a comunidade LGBTQIA+ na Indonésia, onde

Adek Berry/AFP



Ativistas protestam contra novas leis diante do Parlamento, em Jacarta

o casamento entre pessoas do mesmo sexo não é autorizado.

Estrangeiros

As regras sobre o sexo fora do matrimônio também valeriam para turistas estrangeiros. Quem mantiver relações com indonésias poderá ficar sujeito à lei. Organizações empresariais

vislumbram impactos sobre o turismo. No entanto, as autoridades anunciaram que os estrangeiros que viajarem para a ilha de Bali ficarão livres de punições.

Para Albert Aries, porta-voz da equipe responsável pela redação da lei no Ministério da Justiça e Direitos Humanos, as emendas são necessárias para proteger o casamento. Ele explicou que atos de

Eu acho...

"A evidência para adultério será legalmente complicada de se obter. Ela inclui uma gravação de vídeo da relação sexual? Seria uma mensagem de texto? Ou apenas uma denúncia à polícia? O código penal não define os procedimentos para se conseguir evidências, nem mesmo as evidências em si. Ela fornecerá um caminho para a aplicação seletiva da lei. Isso criará insegurança jurídica na Indonésia."



Andreas Harsono, pesquisador da organização não governamental Human Rights Watch (HRW) para a Indonésia

sexo pré e extraconjugal somente poderão ser denunciados pelo cônjuge, pelos pais ou filhos, o que limita o alcance da revisão.

"As leis repressivas deveriam ter sido abolidas, mas essa lei mostra que os argumentos dos acadêmicos no exterior são verdadeiros, que nossa democracia está indiscutivelmente em declínio", afirmou à agência de notícias France Presse (AFP) Usman Hamid, diretor para a Indonésia na Anistia Internacional. As entidades de defesa dos direitos humanos alertam sobre uma guinada rumo ao fundamentalismo.

Pena de morte

Em outra reforma aprovada ontem, a pena de morte, imposta na Indonésia para crimes relacionados a drogas, será combinada com um período probatório de 10 anos, após o qual pode ser comutado para prisão perpétua se o condenado apresentar comportamento exemplar. Centenas de pessoas protestaram contra a lei e exibiram uma faixa amarela com o slogan: "Rejeitem a aprovação da revisão do Código Penal". (RC)